

ASSEMBLEIA MUNICIPAL  
MIRANDA DO DOURO

SESSÃO ORDINÁRIA DE 29 DE FEVEREIRO DE 2008

ACTA N.º 1/2008  
(CONTÉM 18 PÁGINAS)

Por convocatória do 1.º Secretário datada de 19 de Fevereiro de 2008, reuniu, a Assembleia Municipal de Miranda do Douro, na Casa da Cultura Mirandesa, pelas nove horas e trinta minutos, com a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

1. INFORMAÇÕES;
2. PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA;
3. APROVAÇÃO DA ACTA DO DIA 17 DE DEZEMBRO DE 2008;
4. RECONHECIMENTO DE INTERESSE PÚBLICO SOLICITADO PELO REQUERENTE, MIGUEL PEDRO A. MONTEIRO PINHO;
5. RECONHECIMENTO DE INTERESSE MUNICIPAL SOLICITADO PELO REQUERENTE, NELSON DELGADO PIMENTÃO;
6. MIRANDA CULTURAL E RURAL, E.M. – ORÇAMENTO 2008;
7. PROPOSTA PARA NOVO LICENCIAMENTO DO PROCESSO N.º 70/2003 REFERENTE À CONSTRUÇÃO DE EMPREENDIMENTO DESTINADO A HABITAÇÃO MULTIFAMILIAR E COMÉRCIO – MIRANDA DO DOURO;
8. APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO A PRESTAR PELO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA.

Na ausência simultânea de todos os membros da mesa, os membros da Assembleia, presentes, elegeram por voto secreto, de entre os membros presentes, o número necessário de elementos para integrar a mesa que presidiu à sessão, conforme o previsto no n.º4, do artigo 46.º, do Decreto-Lei n.º 169/99 de dezoito de Setembro, alterado pela Lei 5-A/2002 de onze de Janeiro.-----

Foram eleitos por unanimidade os seguintes membros: os Senhores, Francisco António Rodrigues, Presidente da mesa; António Nuno M. Rodrigues, 1.º Secretário e Norberto Fernando Ferreira, 2.º Secretário.-----

Sessão de 29 de Fevereiro de 2008

O Sr. Francisco António Rodrigues, a presidir, declarou aberta a sessão, eram 09 horas e 50 minutos.-----

Iniciada a sessão o Sr. Presidente da Câmara Municipal pediu autorização para intervir, tendo informado que a ausência do Sr. 1.º Secretário, o Dr. Belmiro dos Anjos Gonçalves, se deve a motivo de Saúde.-----

Não estiveram presentes os membros a seguir mencionados, Srs.: Domingos Duarte Lima; Belmiro dos Anjos Gonçalves; José Fernando Carvalho Martins; José Abílio Gonçalves; Carlos Augusto Nunes; Carlos do Nascimento Ferreira; Carla Sandra A. Vaz Rodrigues e Alfredo José Garcia Cameirão.-----

Procedeu-se à rectificação das presenças na sessão anterior, por constar na acta respectiva que os membros a seguir mencionados tinham faltado, mas estiveram presentes: Manuel dos Santos M. Curralo; António Marcos Rodrigues; Carlos Augusto Nunes.-----

#### 1 - INFORMAÇÕES: -----

Procedeu-se à abertura das inscrições para intervir neste ponto, não se tendo verificado nenhuma inscrição.-----

#### 2 - PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA: -----

Abertas as inscrições para intervir neste ponto, verificaram-se as seguintes inscrições: José Augusto Ramos; Getúlio Tomás Alves Pires; Artur Augusto Gomes; Nascimento Augusto Afonso; Abílio Domingos Pires Barril; Francisco António Rodrigues; José Augusto Martins Raposo.-----

José Augusto Ramos: Apresentou uma moção de rejeição, relativamente à Lei Orgânica n.º 1/2001 de 14 de Agosto, cujo teor a seguir se transcreve na integra: "Na obscuridade dos seus gabinetes, Dirigentes Nacionais do PS e do PSD e a Direcção dos respectivos Grupos Parlamentares, preparam alterações substanciais à Lei Eleitoral dos Órgãos das Autarquias Locais (Lei Orgânica n.º 1/2001 de 14 de Agosto), com consequências na Lei das Autarquias Locais (Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro), ferindo de morte conceitos democráticos, princípios sagrados e valores inalienáveis e indisponíveis.-----

Especialmente, no que se pretende aprovar no artigo 53.º da Lei das Autarquias Locais, reside a perversidade.-----

Essa alteração visa excluir os Presidentes de Junta de Freguesia, enquanto membros da Assembleia Municipal, da aprovação das Opções do Plano e

proposta de orçamento da Câmara Municipal e suas revisões, embora paradoxalmente, mantenha a apreciação e votação dos documentos de Prestação de Contas, o que atenta contra a dignidade e subalterniza o papel dos Presidentes de Junta de Freguesia e a sua participação nas Assembleias Municipais.-----

De “cutelo” em punho, esta eventual alteração vem calar a voz, condicionar o pensamento, esmagar a vontade, aniquilar a opinião dos legítimos representantes das Freguesias nas Assembleias Municipais e na vida das respectivas Freguesias que é, também, a vida do Município.-----

Vem dar-se uma machadada na História!-----

Quer negar-se a democracia na sua mais verdadeira e genuína expressão!

É iníqua! Discriminatória! Suspeitosa!-----

Inconformados, os membros das Juntas de freguesia do Concelho de Miranda do Douro, solidarizados no mesmo espírito e entendimento, rejeitam o projecto de alteração em questão, no seu objectivo de retirar aos representantes das Freguesias a faculdade de se expressarem pelo voto, quanto às opções do plano e orçamento, por considerarem que as alterações propostas são atentatórias da igualdade das Freguesias e dos seus representantes e vêm ao arrepio da essência do conceito da participação democrática.”-----

Getúlio Tomás Alves Pires: Relembrou três assuntos que diz merecerem, neste momento, especial destaque: o Pavilhão Multiusos; o Trânsito da Cidade e o SAP – Serviço de Atendimento Permanente de Miranda do Douro.-----

Quanto ao primeiro, disse ser de aplaudir o Executivo Municipal pelo investimento efectuado e pelo trabalho realizado.-----

Relativamente ao Trânsito da Cidade de Miranda do Douro, afirmou que já várias vezes tinha abordado o assunto noutras sessões desta Assembleia Municipal, e, que continua a verificar-se diariamente, à hora das descargas, o entupimento de algumas ruas com trânsito, particularmente, a Rua Santa Catarina, no Centro Histórico. Apelou ao Executivo Municipal para que seja tratado o assunto de forma a colmatar o problema do ordenamento do trânsito nesta cidade.-----

Relativamente ao encerramento dos SAP's (Serviços de Atendimento Permanente), comentou a noticia que teve oportunidade de ler no Mensageiro de Noticias, acerca do assunto e felicitou o Sr. Presidente da Câmara Municipal relativamente à sua atitude perante o assunto.-----

Em sua opinião, diz que deveria organizar-se uma manifestação junto do Poder Central, lutando pelos interesses dos utentes deste Concelho de modo a manter um bom atendimento no que respeita à saúde, não tendo que recorrer tantas vezes aos serviços médicos dos nossos vizinhos Espanhóis.-----

**Artur Augusto Gomes:** Secretário da Junta de Freguesia de Paradela, em exercício de funções, e em representação da referida Junta de Freguesia nesta Assembleia Municipal, procedeu à sua intervenção do seguinte modo:-----

“Dou os meus parabéns ao Sr. Presidente da Câmara e a toda a sua equipa pelos trabalhos e obras que fizeram em todo o Concelho, que eu acho que foram muitos e bem executados. Porém deixo aqui um alerta, acho que nos últimos tempos têm centralizado muito os trabalhos em meio dúzia de localidades, deixando cair outras no esquecimento.-----

Cito em Paradela, já é este o segundo mandato que nos é prometido arranjar o caminho que dá acesso do Cemitério à estrada de Ifanes, ainda não foi cumprida a promessa.-----

A Rua Caminho de Miranda foi-nos prometido que seria arranjada e ainda não foi.-----

Paradela tem poucos eleitores, mas manda todos os dias uma dúzia de alunos para Miranda.-----

Saliento a colocação de placas informativas da localidade de Paradela, para colocar à saída de Miranda, à saída de Ifanes, no entroncamento, com as estradas de Aldeia nova e à saída de Aldeia Nova, no entroncamento, com a estrada para Ifanes. Tenho dito.”-----

**Nascimento Augusto Afonso:** A primeira palavra foi de uma boa recuperação para, o Dr. Belmiro Gonçalves, primeiro secretário desta Assembleia Municipal.-----

Referiu que este Órgão está a perder membros e que merecia mais a presença do seu líder, voz da autoridade e da opulência.-----

Manifestou que os membros desta Assembleia Municipal são pessoas dignas da sua presença, e que o entristece o facto do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Dr. Duarte Lima, não compareça, consecutivamente às sessões.-----

Relativamente ao “Pavilhão Multiusos”, disse tratar-se de mais um equipamento para este Concelho, que é algo de bom.-----



Entende que a feira seria feita com mais pompa e circunstância, se fosse organizada com a participação de outros Municípios do Planalto, realizando-se revezadamente em cada um dos municípios.-----

Comentou que se realizou uma montaria na freguesia de São Martinho e que estava previsto um convívio entre os participantes e a população em geral no final da montaria. O que sucedeu, foi que, os referidos participantes vieram fazer o convívio para Miranda do Douro, concretamente, para o pavilhão multiusos e que gostaria de saber porque motivo não se fez o convívio em São Martinho.-----

Perguntou ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, relativamente às informações da acta da reunião de Câmara, realizada no dia 17 de Dezembro de 2007, onde é mencionada a apresentação de uma iniciativa para lançamento de um projecto inovador, direccionado para a criação de uma empresa dedicada ao micoturismo na freguesia de São Martinho, se neste momento tem mais alguma informação acerca do referido projecto.-----

Referiu que foi realizado na capital de Distrito o "I CURSO DE DIREITO E INTERIORIDADE", organizado pela Universidade Clássica de Lisboa em parceria com a Autarquia de Bragança.-----

O objectivo do curso foi debater o problema da interioridade e a forma como o Direito pode servir a região.-----

Nesse curso defendeu-se, em sua opinião, bem, a importância de criar o conceito jurídico de *interioridade*, à semelhança do conceito de *insularidade*, criado para os Açores e para a Madeira, há mais de três décadas, com resultados à vista.-----

Disse que a criação deste conceito jurídico seria meio caminho andado para a implementação e efectivação de uma verdadeira justiça e igualdade no país, pois, desta forma, seriam tidas em linha de conta as especificidades de cada região.-----

Consequentemente, a legislação que se aplica às Autarquias deveria ter igualmente em conta as diferentes realidades do espaço nacional.-----

Nesta ordem de ideias, referiu um artigo publicado no "Semanário de Trás-os-Montes e Alto Douro", datado de 22 de Fevereiro do corrente ano, assinado por Calado Rodrigues, também referente à "interioridade", cujo teor leu para que todos os presentes que não tivessem tido oportunidade de ler, ficassem ao corrente.-----

6

Sessão de 29 de Fevereiro de 2008

Abílio Domingos Pires Barril: Relativamente à notícia publicada no Mensageiro Notícias “Semanário de Trás-os-Montes e Alto Douro”, afirmou que a nossa “interioridade” é cada vez mais “interioridade”, exemplificando referiu a “Saúde”, que estamos muito mal servidos, em termos de cuidados de saúde, que os pacientes têm de ser internados no Hospital Distrital de Bragança, sendo transportados nos veículos de suporte básico de vida, de transporte pré-hospitalar dos doentes urgentes e emergentes, que foram distribuídos em Janeiro do ano em curso, depositando a abandonando os pacientes no local, em macas e distribuídos pelos corredores do referido hospital. Manifestou o seu descontentamento, dizendo que se verifica cada vez mais que as condições de saúde no interior do país estão a piorar e em degradação. Acrescentou que tinha tido conhecimento da publicação de algumas notícias que informaram que alguns dos SAP's - Serviços de Atendimento Permanente, que estava previsto encerrarem não vão ser encerrados, que talvez ainda se conseguisse de alguma forma fazer retroceder o encerramento do Serviço de Atendimento Permanente do nosso Centro de Saúde.-----

Francisco António Rodrigues: Felicitou o Executivo Municipal pela obra executada “Pavilhão Multiusos”, pelas boas condições criadas, pela cozinha esplêndida que permite dar resposta rápida a um grande número de refeições, exemplificando, disse que na Feira de Sabores Mirandeses, tinham sido servidas mil e duzentas refeições de cordeiro, sem ter havido interrupções.-----

Propôs que fosse agendada e organizada uma visita ao nosso Concelho, de forma a que todos os membros da Assembleia Municipal e do Executivo Municipal, em conjunto, tomem conhecimento da realidade de cada localidade, das obras feitas e das necessidades existentes.-----

Manifestou comungar integralmente com as palavras do deputado Nascimento Afonso, quando se refere à ausência do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, o Dr. Domingos Duarte Lima, nas sessões deste órgão autárquico, que merecemos mais a presença do Sr. Presidente da Assembleia Municipal e por tal apresenta a sua mágoa.-----

José Augusto Martins Raposo: Relativamente à “Saúde”, disse que neste Concelho temos apenas uma viatura de suporte básico de vida do INEM, para o transporte de pacientes e que não era essa a mais valia que se esperava que nos estivesse destinada, uma vez que não vem resolver absolutamente nada.--

Dirigindo-se ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, disse que devia estar atento e alertar para o facto as entidades competentes, reunindo esforços e fazendo pressão para conseguir mais meios de suporte nesta área.-----

Presidente da Câmara Municipal: Concordou plenamente com a moção apresentada pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Palaçoulo.-----

Quanto ao "Pavilhão Multiusos", informou que é um equipamento que se encontra disponível para todas as Juntas de Freguesia e Associações do nosso Concelho utilizarem sempre que seja necessário.-----

Concordou ao com o deputado Getúlio Pires, relativamente ao Ordenamento do Trânsito na Cidade, informou que o assunto que está a ser tratado pela Comissão de Toponímia, e espera que seja resolvido quanto antes.-----

No que concerne à "Saúde", informou que está a preparar um documento para enviar à Sr.ª Ministra da Saúde, onde manifesta o seu descontentamento em relação aos serviços de saúde prestados pelas ambulâncias que recentemente foram enviadas.-----

Afirmou, que vai continuar a insistir com a ARS - Norte no intuito de obter melhorias para este Concelho, no âmbito da Saúde.-----

Relativamente à intervenção do representante da Junta de Freguesia de Paradela, respondeu dizendo, é natural que primeiro se dê prioridade ao arranjo dos arruamentos nas zonas urbanas e posteriormente aos demais.-----

Quanto à sinalização da localidade de Paradela, disse que tomou nota, e logo que se proporcione será tratado o assunto.-----

Referindo-se à "Feira de Sabores" e à intervenção do deputado Nascimento Afonso, informou que já tinha sido colocada a hipótese de organizar uma feira de grandes dimensões, entre vários municípios, não só portugueses, talvez até espanhóis.-----

Quanto à montaria realizada em São Martinho, justificou o facto das pessoas que participaram na referida montaria terem apenas permanecido na aldeia no início, à hora do pequeno almoço, que de certo modo foi uma forma de dinamizar a população, terminando o convívio em Miranda do Douro, no pavilhão multiusos de maneira a que algumas pessoas tivessem a oportunidade de visitarem a "Feira de Sabores", que de outra forma, provavelmente, não o fariam, além de poder contar com a comodidade que aquele equipamento oferece.-----

Relativamente à criação da empresa de micoturismo, considera ser uma boa iniciativa e que deve ser apoiada, visto tratar-se do bom aproveitamento de um recurso natural que tem vindo a ser mais aproveitado pelos nossos vizinhos espanhóis, que por nós.-----

Referindo-se ao Curso de Direito, que decorreu em Bragança e quanto ao termo "interioridade", relativamente às compensações disse que nenhum Governo tem feito nada pelo interior.-----

No que concerne à visita proposta às localidades do nosso Concelho, concorda que deve fazer-se, que se realizará quando a Assembleia Municipal decidir agenda-la e que a Câmara Municipal estará disponível.-----

### 3. APROVAÇÃO DA ACTA DO DIA 17 DE DEZEMBRO DE 2007: -----

Abertas as inscrições para intervir neste ponto, verificaram-se as inscrições dos seguintes membros: Domingos dos Santos Torrão; Nascimento Augusto Afonso; Manuel dos Santos M. Curralo.-----

Domingos dos Santos Torrão: Manifestou o seu descontentamento por não constarem na íntegra as declarações por ele proferidas na sessão anterior, para que constem a seguir se transcrevem:-----

"Acho a informação sumária, bem elaborada, mais simples e sem repetição de objectivos como sucedia com as anteriores.-----

Pessoalmente, só lamento que, como sucedeu com todas as apresentadas no ano em curso Cicouro tenha sido esquecido. Lendo o teor da mesma conclui-se que todas as freguesias e anexas são contempladas com obras, algumas até com quatro ou mais objectivos. Há mesmo uma anexa a quem é dado o estatuto de freguesia. Ora, como já nos saneamentos foi beneficiada antes que Cicouro, embora por outro Executivo, pergunto-me, e será que não fomos já anexados sem saber?-----

A avaliar pelo Orçamento e Plano (despesas de capital) página 20, a situação repete-se. O que não indicia nada de bom para os munícipes que represento.-----

Senhor Presidente, pusemos em tempos o problema de que temos terrenos, há quem deseje adquiri-los, mas as actuais dificuldades impedem-nos de poder realizar verbas.-----

Informamos em devido tempo que a charca ou reserva do prado estava vazia, devido a fugas de água. Reserva onde mesmo os meios aéreos se abasteciam para fazer face aos incêndios.-----



Por outro lado, era ali que no Verão os jovens tomavam banho, dizendo um de les, que tem Cicouro! Se mesmo para tomar banho ou jogar futebol, temos que ir a Constantim; a São Martinho ou a outras localidades.-----

Como sabem esta reserva já foi intervencionada duas vezes pela Câmara.

O Executivo do partido socialista, em 1990, que reforçou com terra, colocou umas manilhas de 30 cm. E o cimento? Se lá esteve andou ou não se viu. Em 1999 por este Executivo, que fez o suporte com pedra (adjudicado a Belmiro Louçano), muro de pedras sobrepostas e sem cimento, cujo resultado está à vista.-----

Os membros da Junta de Freguesia, reparou interiormente, tapando os buracos com pedras e cimento, não tendo conseguido os resultados desejados, talvez porque a fuga é mais profunda.-----

Se detesto panegíricos ou ser beneficiado, compreenderão também que, os Cicourenses não me elegeram para estar calado e aceitar tudo.-----

Não era esta a intervenção que desejaria para a quadra presente...-----

Natal Feliz para todos e familiares e que 2008 traga paz e mais justiça.—

Nascimento Augusto Afonso: Pronunciou-se dizendo que não se revê nas declarações que constam na acta da sessão anterior, solicitando que as mesmas sejam rectificadas. Deixou alguns apontamentos que tinha redigido para que constem da acta, que passam a transcrever-se:-----

“Concordou com as declarações proferidas pelo deputado Humberto Meirinhos e que se lhe afigura que a técnica e a elaboração do Orçamento e das Grandes Opções do Plano para 2008 esteja próximo da perfeição.-----

Que com efeito, lhe parece haver alguma preocupação em coaduná-lo aos normativos do POCAL.-----

Considerou ainda, haver na apresentação dos mesmos propostas a intenção louvável de informar e de explicar os diferentes capítulos que os compõem e as opções tomadas pelo Executivo, com base em objectivos e valores que, em sua opinião, as sustentam.-----

Disse que, todavia, isto não tira que muita coisa fique por esclarecer, por justificar, levando-nos inclusivé a pensar se estas propostas não serão um tiro no escuro.-----

A título de exemplo, referiu o que acontece com as Receitas Correntes – € 171.770,75 (cento e setenta e um mil, setecentos e setenta euros e setenta e cinco cêntimos) por justificar, e as Receitas de Capital – € 3.131.196,96 (três

milhões, cento e trinta e um mil, cento e noventa e seis euros e noventa e seis cêntimos) por justificar.-----

Diz que se verificar uma grande dependência, excessiva, das receitas (correntes e de capital) e das transferências (correntes e de capital).”-----

**Manuel dos Santos M. Curralo:** Disse que tinha estado presente na sessão anterior e que na respectiva acta consta que tinha faltado.-----

Pediu para corrigir a parte da sua intervenção na página dois da acta número cinco de dois mil e sete, onde consta o que a seguir se transcreve: “1.º – Quando se daria início à execução da Rua das Pereiras, na freguesia de Vila Chã”, deve constar, “Finalmente deu-se início à execução da Rua das Pereiras, na freguesia de Vila Chã;”.-----

Posta a votação a acta da sessão anterior, foi aprovada por maioria, bem como as alterações a ela inerentes, tendo-se absterido o deputado Alberto José Raposo, por não ter estado presente na sessão anterior.-----

#### 4. RECONHECIMENTO DE INTERESSE PÚBLICO SOLICITADO PELO REQUERENTE, MIGUEL PEDRO A. MONTEIRO PINHO:-----

Antes de proceder à abertura das inscrições para intervir neste ponto, o Sr. Presidente da Câmara Municipal elucidou os presentes acerca do assunto, e relativamente à deliberação tomada pelo Executivo Municipal em relação ao mesmo.-----

A seguir, procedeu-se à abertura das inscrições para intervir neste ponto, não se tendo verificado a inscrição de nenhum membro.-----

Posto a votação o assunto foi aprovado por unanimidade dos presentes.

#### 5. RECONHECIMENTO DE INTERESSE MUNICIPAL SOLICITADO PELO REQUERENTE, NELSON DELGADO PIMENTÃO:-----

O Sr. Presidente da Câmara Municipal esclareceu que o objecto deste ponto é a aprovação do licenciamento de um depósito de gás.-----

Procedeu-se à abertura das inscrições para intervir neste ponto, tendo-se verificado a inscrição do seguinte membro: Norberto E. Peres Marcos.-----

**Norberto E. Peres Marcos:** Disse não pôr em causa o licenciamento agora solicitado e que concorda que o depósito de gás seja licenciado, no entanto, aproveitando as circunstâncias, referiu que na freguesia de Sendim, está neste

momento a ser construído um depósito de combustível a dez metros de distância de casas de habitação, junto ao local denominado de "Eiras", por detrás do posto de abastecimento de combustíveis da REPSOL. Informou que tinha recebido na Junta de Freguesia uma reclamação apresentada pela Comissão de Moradores, que gostaria que o Executivo Municipal o esclarecesse acerca do assunto.-----

Vereador António Carção: Informou que logo que teve conhecimento da referida reclamação procurou saber em que circunstâncias se encontrava o processo de licenciamento, constatando que a obra mencionada está licenciada e que cumpre o estipulado na Lei. O que resta ao Executivo Municipal é apenas aprovar a obra licenciada.-----

Posto a votação o assunto foi aprovado por maioria, com a abstenção do representante da Junta de Freguesia de Paradela.-----

#### 6. MIRANDA CULTURAL E RURAL, E.M. - ORÇAMENTO 2008:

O Vereador Américo Tomé elucidou os presentes sucintamente acerca do assunto.-----

Seguidamente procedeu-se à abertura das inscrições para intervir neste ponto, não se tendo verificado nenhuma inscrição.-----

Procedeu-se à votação do assunto, tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com as abstenções dos seguintes membros: Humberto Jorge Alves Meirinhos, Nascimento Augusto Afonso; José Augusto Raposo e António Preto Mamede.-----

#### 7. PROPOSTA PARA NOVO LICENCIAMENTO DO PROCESSO N.º 70/2003 REFERENTE À CONSTRUÇÃO DE EMPREENDIMENTO DESTINADO A HABITAÇÃO MULTIFAMILIAR E COMÉRCIO - MIRANDA DO DOURO:-----

O Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Águas Vivas ausentou-se da sessão, aquando da discussão deste assunto, por ser parte interessada no mesmo.-----

O Sr. Presidente da Câmara Municipal pediu autorização à mesa para intervir antes das inscrições, tendo-lhe sido concedida.-----

Informando acerca do assunto afirmou que foi pedido um parecer jurídico à C.C.D.R.N. – Comissão de Coordenação da Região Norte, mas que o mesmo, ainda não foi remetido à Câmara Municipal.-----

Mais disse que a proposta de desafecção do domínio público municipal de um troço desactivado da Estrada Nacional n.º 218, entre o km 86,450 (oitenta e seis mil, quatrocentos e cinquenta) e o km 86,650, (oitenta e seis mil, seiscentos e cinquenta) nesta cidade, tem em vista integrá-lo no domínio privado da Câmara Municipal, para, posteriormente, poder ser objecto de alienação. Fundamenta-se a proposta de desafecção, no disposto no artigo 53.º, n.º 4, alínea b), da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, que confere à Assembleia Municipal, competência para autorizar a afectação ou desafecção de bens do domínio público.-----

Informou também que, o referido lanço de estrada desactivado, mediante “Auto de transferência para a Câmara Municipal de Miranda do Douro”, do ICERR – Instituto para a Conservação e Exploração da Rede Rodoviária, passou a integrar o “Património Viário Municipal”, e que, tal troço de estrada desde há muito tempo se encontra em muito mau estado de conservação e uso, pelo facto de há muitos anos praticamente não ser utilizado pelas pessoas, pela comunidade, público em geral e particular, que deixaram de o utilizar/usufruir. Perdendo assim, o seu carácter dominial.-----

Referiu ainda que pela firma Vivadouro Construções, Ld.a foi proposto à Câmara Municipal permuta desse troço de estrada, por outro troço a ceder à Câmara Municipal por essa firma, com área idêntica à que aquela empresa entregará devidamente delineada/definida por lancis e asfaltada com tout venant e outras características a definir em protocolo.-----

O troço cedido pela Vivadouro Construções, Ld.a terá a configuração que consta dos documentos numerados nas páginas 337, 338 e 339 do respectivo processo, que foram presentes a esta Assembleia.-----

Também informou, que a Vivadouro Construções, Ld.a tem necessidade de adquirir a área correspondente ao troço de estrada em causa pelas seguintes razões:-----

- O troço de estrada situa-se a sul de um edifício de habitação e comércio, sito no lugar do Cruzamento, desta cidade, correspondente à licença de obras particulares n.º 70/2003.-----

- Pela inspecção da I.G.A.T. – Inspecção-Geral da Administração do Território, foram detectadas desconformidades e irregularidades, nessa, obra, em violação das normas legais e regulamentares, nomeadamente, violação do



P.D.M. – Plano Director Municipal. Tendo o relatório da mesma inspecção concluído no sentido de que fosse “Declarada a nulidade”, dos actos administrativos/despachos que aprovaram, um aditamento ao projecto de arquitectura e aos projectos das respectivas especialidades e deferimento do processo que originaram a emissão do respectivo alvará .-----

– Assim face ao ordenado pela inspecção e ao prescrito no artigo 68.º, do Regime Jurídico de urbanização e Edificação, que prescreve em síntese, que são nulas as licenças ou autorizações que violem o disposto no P.D.M. – Plano Director Municipal, e considerando que, nos termos do artigo 134.º do C.P.A. – Código do Procedimento Administrativo, o acto nulo não produz, desde o início, qualquer efeito; Que o acto nulo não é possível de sanção jurídica; E que a nulidade é invocada a todo o tempo;-----

– A Câmara Municipal (por ser da sua competência) em reunião ordinária de oito de Outubro de dois mil e sete, deliberou “declarar de nulidade dos despachos” que aprovaram um aditamento ao projecto de arquitectura e os projectos de especialidades e deferimento do processo, que por sua vez originaram a emissão do alvará.-----

– Surge assim a necessidade de proceder à regularização da obra, que se encontra concluída. Para o que a Vivadouro Construções, Ld.a apresenta “nova proposta de licenciamento”, o que nos termos do artigo 106 do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, pode ser possível, evitando a demolição “se a obra for susceptível de ser licenciada ou autorizada”.-----

– Para regularizar a obra, carece a Vivadouro Construções, Ld.a de aumentar a área do terreno de implantação do edifício, daí, ter necessidade de adquirir, por contrato de permuta, a área correspondente ao referido troço de estrada a desafectar, bem como ainda, a adquirir outro terreno de particular.--

Procedeu-se, nesta altura, à abertura das inscrições para intervir neste ponto, tendo-se verificado a inscrição dos seguintes membros: Getúlio Tomás Alves Pires; Humberto Jorge Alves Meirinhos; Nascimento Augusto Afonso; José Augusto Martins Raposo; Orlando Seixas Vaqueiro; Jacinto dos Santos Afonso.–

**Getúlio Tomás Alves Pires:** Disse que tinha constatado que o promotor tenta encontrar uma solução para a situação, mas que, não vê esta situação com bons olhos. Verificou que existe um contra-senso entre o parecer do

Técnico Superior de Arquitectura e o da Técnica Superior Jurista da Câmara Municipal.-----

Colocou a seguinte questão: Porque motivo, tratando-se o referido troço de propriedade do Município e sendo pública, deverá de ser desafectada do domínio público?-----

Pelo exposto votou contra a desafecção do troço supracitado.-----

**Humberto Jorge Alves Meirinhos:** Manifestou que concorda, em parte, com as declarações do deputado Getúlio Pires.-----

Considera que a Assembleia Municipal não deve aprovar condicionalmente este assunto.-----

Perguntou ao Executivo Municipal, a quem se deve atribuir a responsabilidade, relativamente ao facto da instrução do processo estar incorrecta desde o início.-----

Disse que, em primeiro lugar deve ser dado a conhecer na integra o relatório apresentado pelo IGAT, relativamente a este assunto, bem como, o parecer da CCDRN – Comissão de Coordenação da Região Norte, e, então a Assembleia Municipal poderá deliberar convenientemente.-----

Propôs que este assunto fosse retirado da Ordem do Dia, de modo a ser devidamente documentado e informado, sendo votado na próxima sessão.----

**Nascimento Augusto Afonso:** Considera ser de toda a importância ter primeiro conhecimento do parecer externo que é aguardado, concretamente, da CCDRN – Comissão de Coordenação da Região Norte, e que posteriormente se deliberará acerca do assunto. Comentou relativamente ao parecer apresentado pela Jurista do Gabinete Jurídico da Câmara Municipal, que nem ela própria informa concretamente acerca do assunto.-----

**José Augusto Martins Raposo:** É de opinião que deve ser encontrada uma solução transparente para resolver esta questão e que se deve ter em consideração o grande investimento efectuado pelo promotor, e sobretudo, o investimento feito por parte das pessoas que adquiriram individualmente parcelas e que ficarão lesadas por já terem investido na aquisição.-----

Pessoalmente, manifestou que se existe forma legal de resolver a situação vota favoravelmente a desafecção proposta.-----

**Orlando Seixas Vaqueiro:** Disse que esta questão é um emaranhado de procedimentos que deveriam ser esclarecidos, no entanto, considera que se deve favorecer a iniciativa privada não havendo prejuízo para nenhuma das partes.-----

**Jacinto dos Santos Afonso:** Em sua opinião, parece-lhe que se está a dramatizar e a complicar demasiado uma situação tratando-se a mesma de uma questão relativamente simples.-----

Comentou que se o interesse público deixou de existir; se houve lacunas; a quem deverá ser atribuída a responsabilidade; que se deve apurar de quem é a responsabilidade e saber como, e quem falhou, e corrigir as lacunas, que surgiram por não ter sido feita a devida análise da questão, a seu tempo.-----

Disse ainda, que se deve deixar a responsabilidade ao Executivo Municipal e este por sua vez que aja de forma a resolver o assunto da melhor maneira, prevenindo-se futuramente contra este tipo de situação e agindo de forma lógica e prática.-----

**Presidente da Câmara Municipal:** O Sr. Presidente pediu de novo a palavra para informar que se trata de tentar resolver um problema onde lhe parece que haverá muitos culpados, cujas responsabilidades ou a quota parte da responsabilidade de cada um (autores dos projectos; donos da obra e Câmara) se não houvesse resolução para o mesmo teria/terão que ser apuradas.-----

Considera que se está a complicar o que é relativamente fácil de resolver pois a Câmara já reuniu com a CCDRN - Comissão de Coordenação da Região Norte, que informou existir forma de resolver juridicamente o assunto.-----

Também disse que a Câmara Municipal tem interesse na permuta por ter "planeado uma ligação entre o centro da cidade, passando pelo Juncal, campo de futebol, piscinas municipais e bairro de Santa Luzia", e pretende aproveitar já o traçado da área que a Vivadouro Construções, Ld.a pretende ceder.-----

Face a todo o exposto propõe que a Assembleia Municipal autorize para os referidos fins a desafecção do domínio público municipal do lanço desactivado da estrada nacional n.º 218, entre os quilómetros 86,450 e 86,650.

Finalmente, disse que caso a Assembleia Municipal entendesse aprovar a desafecção do troço da E.N. 218 entregue à Câmara Municipal, pelo ICERR, que poderá também fazê-lo autorizando a desafecção, condicionada ao parecer favorável da Comissão de Coordenação da Região Norte.-----

**Orlando Seixas Vaqueiro:** Quanto aos culpados, em sua opinião, considera que não existem nem menos, nem mais culpados, que acredita que não existirão culpados a título de dolo, mas sim de negligência.-----

Relativamente ao parecer jurídico apresentado pelo Gabinete Jurídico da Câmara, considera que não elucida a informação solicitada, que fala acerca de todas as possibilidades, menos acerca do que foi pedido.-----

**Humberto Jorge Alves Meirinhos:** É de opinião que a Assembleia Municipal não deve tomar uma decisão condicionada.-----

**Getúlio Tomás Alves Pires:** Considera que será de aguardar o parecer da CCDRN – Comissão de Coordenação da Região Norte e que depois de conhecer o teor do parecer é que se delibera, entretanto, diz que não deve haver votação.-----

**Nascimento Augusto Afonso:** Concluiu que manifestamente não está ninguém contra ninguém, e que depois de ouvir os intervenientes lhe parece que toda a gente está com vontade de ajudar a resolver o problema, mas que existem dúvidas, no entanto, considera que é possível proceder à votação do assunto.-----

Posto o assunto a votação foi aprovado, por maioria, com um voto contra, do deputado Getúlio Tomás Alves Pires, e, seis abstenções dos seguintes membros: Nascimento Augusto Afonso; Humberto Jorge Alves Meirinhos; António Preto Mamede; Orlando Seixas Vaqueiro e José Raimundo Preto.-----

**Por se verificar a urgência de deliberação imediata, foi deliberado, por unanimidade, dos membros presentes, e, em conformidade com o estabelecido no art.º 83.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, incluir nesta sessão o assunto a seguir enunciado.**-----



## 8. INTEGRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MIRANDA DO DOURO EM ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS:-----

Foram abertas as inscrições para intervir neste ponto, tendo - se verificado as seguintes inscrições: Nascimento Augusto Afonso; Manuel dos Santos M. Curralo e António Preto Mamede.-----

**Nascimento Augusto Afonso:** Referiu que independentemente do objectivo para que foi criada, vê com bons olhos a constituição desta Associação, porque existem problemas que são abrangentes a outros municípios do Planalto Mirandês, e, dessa forma a sua resolução será mais facilmente encontrada.-----

**Manuel dos Santos M. Curralo:** Perguntou ao Executivo Municipal porque motivo o Município de Mogadouro não se encontra integrado nesta Associação.

**António Preto Mamede:** Colocou a mesma questão que o deputado Manuel Curralo.-----

**Presidente da Câmara Municipal:** Disse que o Município de Mogadouro poderá vir a integrar a Associação caso pretenda vir a fazê-lo.-----

Posto a votação foi deliberado, por unanimidade, aprovar a integração do Município de Miranda do Douro em Associação de Municípios.-----

## 9. APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO A PRESTAR PELO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA:-----

Procedeu-se à abertura das inscrições para intervir neste ponto, tendo-se verificado a inscrição dos seguintes membros: José Raimundo Preto; Domingos dos Santos Torrão; Orlando Seixas Vaqueiro.-----

**José Raimundo Preto:** Solicitou ao Executivo Municipal que dê ordens no sentido de mandar marcar as estradas municipais de Picote; Vila Chã e Barrocal do Douro.-----

**Domingos dos Santos Torrão:** Agradeceu ao Executivo Municipal e realçou os trabalhos que estão a ser efectuados nas ETAR's em várias localidades deste Concelho.-----

Sessão de 29 de Fevereiro de 2008

**Orlando Seixas Vaqueiro:** Perguntou ao Executivo Municipal informação acerca do estudo que foi feito relativamente ao PCHI - Programa Conforto Habitacional para Idosos, quantos projectos foram seleccionados para candidatura.-----

Perguntou, ainda, em que situação se encontra a questão do Canil Municipal.-----

**Presidente da Câmara Municipal:** Quanto à marcação das estradas disse que logo que melhore o tempo e seja possível vão continuar os trabalhos.-----

Relativamente ao PCHI - Programa Conforto Habitacional para Idosos, informou que foram diagnosticados até à presente data seis ou sete situações, que estão a ser analisadas.-----

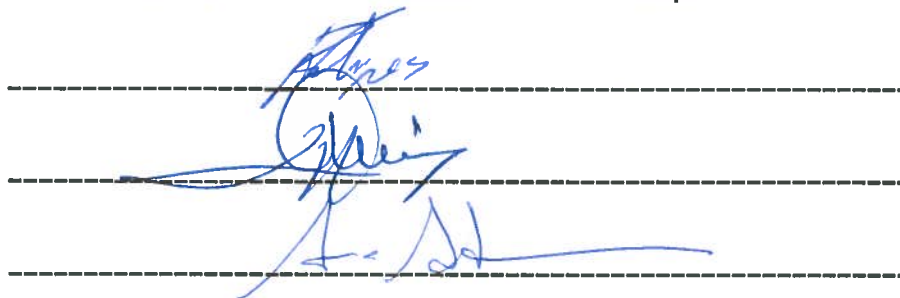
No que concerne à questão do Canil Municipal, afirmou que foi recentemente assinado um protocolo, e, que neste momento se encontra em fase de adjudicação.-----

Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Assembleia Municipal, em exercício de funções, deu por concluída a sessão, pelas 12 horas e 30 minutos, da qual se lavrou a presente acta que vai ser assinada nos termos da Lei.-----

**O Presidente da Assembleia Municipal:**

  
-----

**Os Secretários da Mesa da Assembleia Municipal:**

  
-----  
-----  
-----